



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

Processo nº 0147.001.0006695

Requerente: Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul

Súmula: Mensagem nº10 - "Implantação de bolsa auxílio para o acolhimento de crianças e adolescentes

[SIC]

### RELATÓRIO

Trata-se de projeto de Lei, de origem do Poder Executivo Municipal, cujo escopo "dispõe sobre a implantação de Bolsa Auxílio para Acolhimento de Crianças e Adolescentes em situação de risco pessoal e social inseridas no serviço de acolhimento em família acolhedora e dá outras providências".

### PARECER

"Leis de iniciativa exclusiva do prefeito são aquelas em que só a ele cabe o envio do projeto à Câmara. Nessa categoria estão as que disponham sobre a criação, estruturação e atribuição das secretarias, órgãos e entidades da Administração Pública Municipal. Se a Câmara, desatendendo a privatividade do Executivo para esses projetos, votar e aprovar leis sobre tais matérias, caberá ao prefeito vetá-las, por inconstitucionais. Sancionadas e promulgadas que sejam, nem por isso se nos afigura que convesçam do vício inicial, porque o Executivo não pode renunciar prerrogativas institucionais, inerentes às suas funções, como não pode delegá-las ou aquiescer em que o Legislativo as exerça. Tal entendimento é o dominante na boa doutrina, e os tribunais não mais hesitam sobre o assunto, afirmando a inconstitucionalidade desses diplomas". (*Hely Lopes Meirelles, in "Direito Municipal Brasileiro", 17ª edição, Malheiros Editores, 2014, p.760-761*).

Em nossa Lei Orgânica Municipal, a questão da iniciativa privativa do Chefe do Executivo é abordada da seguinte forma:

*Art. 55. Compete, privativamente ao Prefeito, a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre:*



## CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

- I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta do Poder Executivo, ou aumento de sua remuneração;*
- II - servidores públicos do Poder Executivo, seu regime jurídico e provimento de cargos;*
- III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e órgãos da Administração Pública Municipal;*
- IV - proposições que geram despesas ou que comprometam receitas do Município.*

Levando-se em consideração o escopo do projeto de lei em análise, observamos que a proposição está ao abrigo da esfera de competência privativa do Prefeito, versando sobre a criação de programa de governo, que vem gerar despesas e/ou comprometer receitas do Município.

De outra banda, cumpre aqui lançar as seguintes RESSALVAS:

Primeiramente, sobre a instituição de novo programa ou projeto de governo, temos que Lei Orgânica Municipal estabelece vedação específica ao início de projetos ou programas que não tenham sido previamente incluídos na LOA.

*Art. 138. É vedado:*

- I - o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária anual;*

Da análise do projeto, em que pese se constate a figura do estudo de impacto financeiro, fato é que não existe nenhuma menção à rubrica orçamentária correspondente à despesa. Ponderamos, isso remete a uma conclusão no sentido que **o programa em questão não está contemplando nas leis orçamentárias**, o que em nosso entendimento, tem implicações tanto no próprio aspecto orçamentário quanto no que diz respeito à possibilidade de violação da lei de responsabilidade fiscal,



## **CÂMARA DE VEREADORES DE SAPUCAIA DO SUL**

Av. Assis Brasil, nº51, Centro, CEP 93.220-050 - Sapucaia do Sul - Rio Grande do Sul  
Fones (51) 51.34741887 / 3474-1226 - Fax: 3474-1081

podendo a despesa eventualmente ser reputada ilegal/inconstitucional.  
Nestes termos lançamos competente RESSALVA.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Com as informações que entendemos pertinentes, e reiterando as ressalvas acima lançadas, encaminhamos a proposição à sua tramitação regimental. À consideração superior, e com a aprovação, encaminhe-se o processo à Diretoria Legislativa para conclusão às competentes comissões, e posterior deliberação pelo Plenário desta nobre Casa Legislativa.

Sapucaia do Sul, 12 de abril de 2018.

**Pablo José Campolim de Souza**  
OAB/RS 50.493  
Matrícula 881

Aprovo .

**João Roberto da Fonseca Junior**  
Procurador Chefe  
OAB/RS 69.257